

EM QUESTÃO

Evidências para políticas públicas

O uso e o não uso de evidências científicas nas políticas públicas

A visão dos servidores públicos federais

PONTOS-CHAVE

- Os servidores públicos que trabalham nos ministérios usam diferentes fontes de informação para a produção das políticas federais. As mais comuns são as produzidas pela própria Administração Federal. Entre elas estão os normativos, notas técnicas, recomendações de órgãos de controle, decisões judiciais e pareceres jurídicos.
- As fontes científicas estão entre as menos utilizadas. 54% desses servidores afirmam que nunca ou raramente fazem uso de relatórios de pesquisas científicas e 72% dizem que não existe ou não sabem da existência de uma área especializada em seu ministério voltada para a utilização de evidências.
- Credibilidade e prestígio da fonte, aplicabilidade dos resultados e fornecimento de recomendações estão entre os principais motivos que levam os servidores a utilizarem estudos e pesquisas. A capacitação também se mostrou um meio importante de acesso ao conhecimento científico.
- Fontes societais, como opiniões dos beneficiários das políticas ou recomendações de instâncias participativas, têm uso direto inexpressivo pelos servidores federais.

INTRODUÇÃO

A crise global da Covid-19 intensificou a discussão sobre a importância, **os usos e a credibilidade da ciência para apoiar decisões dos gestores públicos**. Apesar de esse tema não ser novo na literatura especializada, o movimento das Políticas Públicas baseadas em Evidências (PPBE), originado no final dos anos 1990 no Reino Unido, tem impulsionado esse debate ao defender a ampliação do uso de evidências científicas pelos governos sobre “o que funciona” para melhorar o processo de produção de políticas públicas.

Esse movimento caminha em paralelo a questões mais amplas, como aquelas que

apontam para a importância dos **fatores políticos na tomada de decisão, das diferenças de tempo e lógica de funcionamento entre o desenvolvimento científico e a gestão administrativa, bem como os limites das pesquisas** em prover evidências em contextos de crescente complexidade.

Os dados deste documento apresentam os resultados encontrados em levantamento via *survey* sobre a demanda e o uso de fontes de informação por servidores públicos federais e/ou ocupantes de cargos de Direção e Assessoramento da Administração Direta em 2019.

FONTES DE INFORMAÇÃO UTILIZADAS

São quatro os tipos de fontes de informação utilizadas pelos servidores na produção de políticas públicas:



As fontes internas e as oriundas da experiência são utilizadas com frequência expressivamente maior do que as outras fontes. Cabe destaque para os

percentuais elevados de uso de fontes produzidas por entes de controle, como TCU, CGU, Ministério Público e Poder Judiciário.

Afirmam utilizar sempre ou frequentemente pareceres jurídicos e recomendações dos órgãos de controle

50%



Afirmam que se valem sempre ou frequentemente de sua experiência pessoal

65%



TIPOS DE FONTES DE INFORMAÇÃO UTILIZADAS

A frequência de uso de fontes acadêmicas é significativamente inferior às fontes internas e experienciais. Apenas 30% dos servidores dizem que usam sempre ou

frequentemente livros, capítulos ou artigos científicos e apenas 19% dizem que usa na mesma frequência relatórios de pesquisa para informar o seu trabalho.

	SEMPRE e FREQUENTEMENTE	EVENTUALMENTE	RARAMENTE e NUNCA
Leis e normas	82,1%	10,4%	6,1%
Consultas a colegas de trabalho	75,8%	16,5%	6,7%
Experiência profissional	64,5%	19,5%	13,1%
Notas técnicas de órgãos federais	62,6%	20,6%	15,1%
Sistemas inform. e bases de dados governamentais	49,8%	20,2%	27,7%
Pareceres legais e decisões judiciais	50,1%	20,7%	26,7%
Recomendações de órgãos de controle	49,4%	21,8%	26,1%
Artigos, capítulos ou livros de pesquisadores	30,4%	27,7%	39,5%
Matéria jornalística	24,4%	22,2%	50,6%
Relatórios de pesquisa científica	19,7%	22,8%	53,8%
Recomendações de organismos internacionais	18,2%	18,8%	59,0%
Boas práticas e iniciativas de estados e municípios	11,5%	17,4%	66,5%
Experiência e opiniões de beneficiário	11,9%	19,5%	64,3%
Recomendações de instâncias participativas	11,4%	17,5%	66,5%
Informações geradas por grupos de interesse	10,9%	17,2%	67,9%

A diferença até 100% corresponde aos que responderam "Não sei".

ONDE OS SERVIDORES BUSCAM AS EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS?

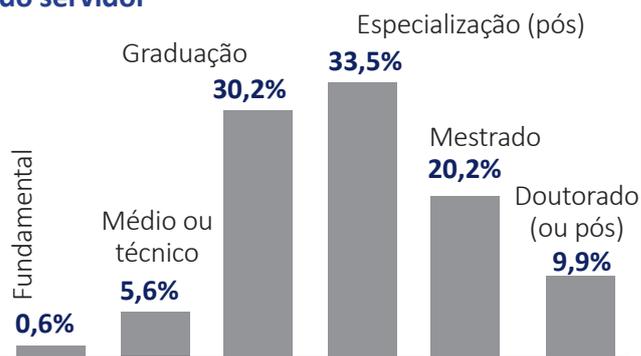
A maioria dos servidores (76%) disse acessar estudos e pesquisas científicas pela internet, por meio de ferramentas tradicionais de busca. Apesar de esse recurso ter sido o mais lembrado,

é interessante notar a familiaridade de cerca de metade dos servidores (51,8%) com fontes de acesso do campo acadêmico, tais como eventos e congressos científicos.



Esse resultado é coerente com os dados de escolaridade dos servidores que participaram da pesquisa:

Nível de escolaridade do servidor

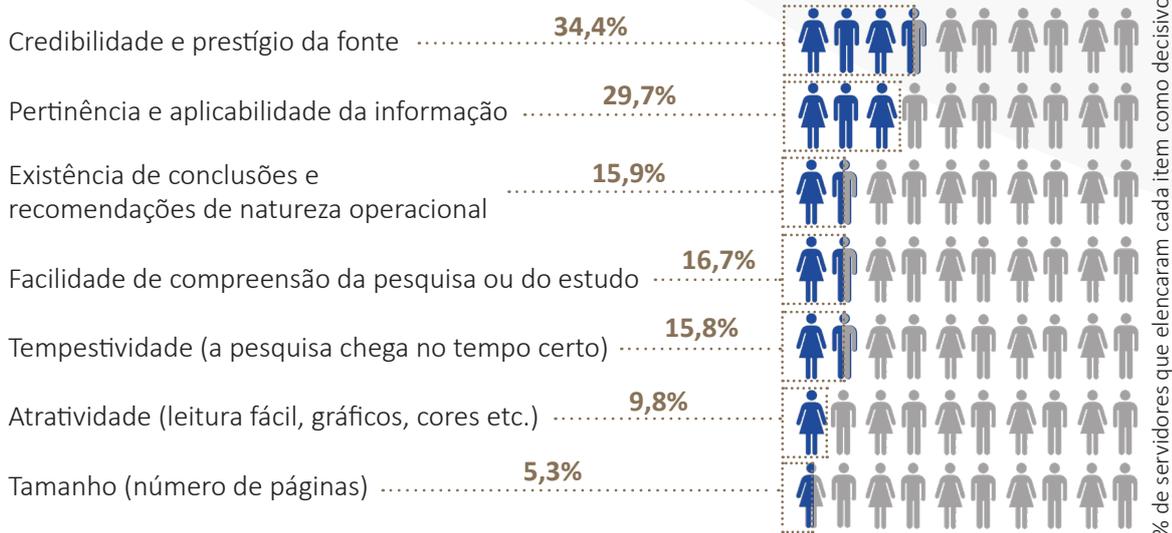


Ações de capacitação dos servidores foram reconhecidas como um importante meio para acesso a pesquisas e conhecimentos científicos: **58%** dos servidores participaram de capacitação nos últimos 12 meses e, destes, **73,1%** disseram ter realizado leitura de estudos e pesquisas científicas nesses cursos.

FATORES DETERMINANTES NA UTILIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS

O acesso às fontes científicas não garante que elas serão utilizadas pelos servidores e organizações

públicas. Vários fatores podem condicionar esses usos, como as próprias características dessas fontes.



UNIDADES ESPECIALIZADAS

Uma das estratégias mais conhecidas, e aplicadas internacionalmente, para disseminar e estimular uma cultura de uso de evidências científicas nas organizações é a de estruturação de uma **unidade especializada com a finalidade de prospectar, contratar, disseminar, traduzir ou mesmo produzir pesquisas para subsidiar as políticas conduzidas pela organização**. Pela não existência ou pelo desconhecimento da existência, fica claro que ao menos 72% dos respondentes não têm acesso ou fazem uso de tal tipo de recurso organizacional.

Há uma unidade especializada no uso de pesquisas e estudos científicos no seu ministério?




% referente às respostas dos servidores

DIAGNÓSTICO

Diagnóstico baseado nas evidências detectadas.

Os servidores dos ministérios utilizam fontes diversas para informar as políticas públicas. Como já observado em outros países, as evidências científicas

são menos relevantes aos servidores brasileiros em relação a outras fontes como as produzidas pela própria Administração Federal ou provenientes da experiência.

As principais fontes de informação utilizadas são as internas e as experienciais. Dentre as internas, chama a atenção o fato de os servidores recorrerem com uma frequência elevada ao uso de recomendações de entes do controle e pareceres judiciais, o que não se observa em outros países, como Austrália, Canadá e República Tcheca.

As capacitações são formas eficientes de dar acesso aos servidores ao conhecimento científico. No entanto, incentivos e estratégias organizacionais são essenciais para ir além do acesso e garantir o uso.

Compreender que as fontes científicas são apenas uma das fontes de conhecimentos que informam a produção da política públicas é fundamental para pensar em como promover o maior uso das evidências científicas combinadas com outras fontes.

Tendo em vista o que se conhece atualmente sobre os servidores dos ministérios, sugerimos para gestores e produtores do conhecimento as seguintes recomendações para ampliar o uso de evidências científicas e promover uma utilização mais transparente de outras fontes de informação:

PARA A GESTÃO PÚBLICA

- * Desenvolver capacidades organizacionais nos ministérios por meio da criação e mobilização de unidades especializadas pela captação, disseminação e produção de evidências, investimento nos serviços informacionais e na infraestrutura de pesquisa dos órgãos.
- * Explicitar as fontes que embasam os recursos informacionais produzidos pela Administração Pública, como as notas técnicas e recomendações do controle, e estimular o diálogo desses com fontes científicas.
- * Promover parcerias interorganizacionais mais permanentes, entre ministérios e instituições de pesquisa, inclusive da própria Administração Pública.
- * Incentivar e investir em capacitações individuais dos servidores públicos, por meio de cursos e eventos de treinamentos.
- * Buscar formas de aproximar a academia, a gestão e os produtores de outras fontes informacionais, inclusive as societárias, com vistas a construir um sistema de governança de evidências mais transparente, eficaz e legítimo.

PARA OS PRODUTORES DE CONHECIMENTO

- * Buscar apresentar as contribuições da pesquisa expressamente, indicando recomendações e refletindo sobre a aplicabilidade prática.
- * Ampliar e diversificar o uso das fontes de acesso aos produtores de políticas públicas, de acordo com o público-alvo que se pretende alcançar.
- * Participar e propor iniciativas de capacitação para os servidores e organizações públicas.
- * Investir no desenvolvimento da capacidade de comunicação de evidências não apenas para os gestores públicos, mas também para a sociedade, mídia e os diversos atores envolvidos da política.

